

Questionada, CEEE Equatorial entra na mira de órgãos públicos

Apagão gera revolta e pressiona CEEE

Lentidão no restabelecimento da energia depois do temporal cria cerco político e jurídico contra companhia privatizada

FABIO SCHAFFNER
fabio.schaffner@zerohora.com.br

Há dois anos e seis meses sob controle do grupo Equatorial, a CEEE vive sua pior crise de imagem. As queixas à atuação da empresa se acentuaram após a lentidão na resposta ao temporal que deixou 600 mil clientes sem energia na terça-feira, colocando a maior distribuidora do Rio Grande do Sul no centro de um cerco político e jurídico. Enquanto o Ministério Público (MP) e a Defensoria Pública ameaçam com ações judiciais, duas CPIs para investigar a operação da companhia estão sendo gestadas na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

A cobrança mais incisiva partiu do procurador-geral de Justiça, Alexandre Saltz. Em três horas de reunião com a direção da CEEE na quinta-feira, o chefe do MP interrompeu várias vezes a apresentação feita pelo presidente da companhia, Riberio Barbarera. – Em um Estado polarizado como o nosso, seja na política e no futebol, vocês conseguiram a proeza de unir os gaúchos em um sentimento de ódio contra a empresa – disse Saltz. Acompanhado de um gerente jurídico e de um responsável técnico, Barbarera prometeu soluções de curto prazo. Na segunda-feira, o MP deve entrar com ação de reparação por danos morais difusos.

Outro objetivo da ação será garantir a indenização dos consumidores individualmente atingidos. Ao todo, há 14 inquéritos e ao menos duas ações judiciais contra a CEEE. – É preciso melhorar os planos de contingência para que haja atendimento mais imediato à população para que as pessoas não fiquem dias sem energia elétrica, com comida apodrecendo nas geladeiras. Há prejuízo de pessoas físicas, mas também de pessoas jurídicas, negócios estão fechados – disse o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, Luciano Brasil.

Prazo

Enquanto o grupo conversava, cerca de 100 mil clientes ainda estavam sem luz na Capital e, nos prédios vizinhos, servidores do Tribunal de Justiça eram liberados do trabalho em razão da oscilação da energia, com constantes quedas durante o dia. Em outro flanco, a Defensoria deu prazo de cinco dias para a CEEE informar as medidas adotadas para mitigar os efeitos da tempestade, em comparação com a resposta dada em eventos climáticos anteriores. Para o defensor público Rafael Magagnin, do Núcleo de Defesa do Consumidor, a companhia precisa sobretudo melhorar o atendimento no momento em que o cliente notifica falta de luz.



População vem realizando protestos com a demora no retorno da luz

“Nos últimos meses piorou bastante. O que mais chega é reclamação de que não se consegue falar com a empresa. Já fizemos centenas de intermediações e temos vários processos individuais contra eles.”

RAFAEL MAGAGNIN
Defensor público

Na Câmara de Vereadores, CPI já é praticamente certa

A dificuldade na relação com a sociedade gaúcha está no cerne das reclamações à CEEE. Em Candiota, município de 11 mil habitantes na região da Campanha, o prefeito Luiz Carlos Follador decretou calamidade pública depois que sucessivos cortes no fornecimento deixaram toda a zona urbana e rural sem luz e sem água em dezembro. A demora das religações na cidade é sete vezes acima do limite da Aneel.

– Foi um pedido de socorro. Ninguém nos atendia. Depois do decreto, eles fizeram algumas manobras e melhorou – relata o prefeito.

As queixas de gestores do Interior se somam ao descontentamento do prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, do governador Eduardo Leite, de entidades e instituições. É diante desse cenário de permanente insatisfação que viciam as CPIs.

No Legislativo da Capital, o movimento é praticamente irreversível. O pedido de investigação da companhia já foi suscitado por 24 dos 36 vereadores, o dobro do mínimo necessário.

Além de contar com o aval de Melo, a CPI garante uma tribuna para os parlamentares conduzirem um tema de forte apelo popular em ano de eleição.

Na Assembleia, a situação é mais complicada. Ventilada pelo PT, a comissão esbarra na resistência da base de Leite, responsável por aprovar a privatização. O Piratini teme defleções em bancadas aliadas e em partidos como PL e Republicanos e vai mobilizar os deputados para evitar a criação da CPI.

– Não se trata de questionar a privatização, mas as obrigações contratuais. Quanto estão investindo, como lidam com emergências? – pontua o líder do PT, Luiz Fernando Mainardi. Presidente da CEEE no governo Tarso Genro (2011-2014), o engenheiro elétrico Sérgio Dias aponta a necessidade de amarras contratuais que forneçam à Agergs maior poder de cobrança e punição.

– As exigências têm de ser mais claras no processo de concessão, porque senão a empresa só dá resposta ao acionista e não à sociedade – afirma Dias.

Em coletiva na sexta-feira, o governador Eduardo Leite criticou a proposta de CPI afirmando que há aproveitamento político da crise. Procuradas, CEEE, Aneel e Agergs não responderam à reportagem. A CEEE concedeu coletiva na tarde de sexta-feira (leia na página ao lado).

Indicadores melhoram, mas metas ainda estão distantes

A despeito da sensação de piora na qualidade dos serviços, em termos técnicos a performance da CEEE melhorou. A frequência com que há interrupções no fornecimento de energia caiu 30% desde que a Equatorial assumiu as operações e está próxima do patamar exigido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Já a demora na religação diminuiu 15,5%. Mesmo assim, esse tempo está 78% acima do fixado pela agência. Com esses índices, a CEEE continua no último lugar do ranking de eficiência da Aneel. Logo acima, outras duas distribuidoras de energia da Equatorial de Goiás e do Maranhão ocupam a tríade das piores do país.

No ritmo atual, as metas estabelecidas pela Aneel só seriam alcançadas em 2036, dez anos depois do prazo, o que pode levar a abertura de um processo de caducidade da concessão.

– Nenhuma empresa tem crises quantificadas para essas crises graves, mas a meteorologia melhorou muito, então é possível antecipar cenários e manter plano de emergência que preveja ampliação imediata de efetivo. A comunicação com a sociedade também é muito importante – afirma o ex-diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico e presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, Luiz Eduardo Barata.

Números

Depois da privatização, a CEEE já foi multada em **R\$ 57,09 milhões** pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS (Agergs).

No total, são **três multas**, duas por problemas no restabelecimento de energia e uma por descumprimento do Plano de Resultados de 2022. Mas nada ainda foi pago.

Uma das multas, no valor de **R\$ 3,45 milhões**, acabou convertida em advertência pela Aneel.

Outra, de **R\$ 29,34 milhões**, foi reduzida para **R\$ 25,52 milhões**.

A Equatorial obteve **lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão** em 2022.

Já a CEEE registrou **prejuízo de R\$ 266 milhões** no período, resultado melhor do que a perda de R\$ 394 milhões em 2021 e bem inferior a R\$ 1,6 bilhão de 2020.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Efeito da Chuva Página: 10